

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Termo de Referência 144/2025

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|------------------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 144/2025 | 200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD | WILLIAM ENIO GUEDES FABRICIO | 04/05/2026 17:28 (v 0.28) |
| Status | | | |
| ASSINADO | | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | 300/2025 | 08200.038580/2025-20 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

(Processo Administrativo SEI/PF nº 08200.038580/2025-20)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviços contínuos especializados destinados à implantação, operação e gestão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Frotas da Polícia Federal, em âmbito nacional, voltado à administração e ao gerenciamento da frota automotiva e motorizada da Instituição. O sistema abrangerá a gestão de viaturas, embarcações e máquinas movidas a combustível, distribuídas por todas as unidades da Federação, compreendendo, conforme a contratação, os serviços de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e materiais e o transporte de veículos portaaporta, todos com administração centralizada e integrada de dados operacionais. Os serviços previstos neste TR poderão ser prestados por uma ou mais empresas contratadas, de forma independente ou integrada, observado o cumprimento das condições, requisitos técnicos e operacionais e demais exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

| GRUPO | ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UN. DE MEDIDA | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------|------|--|--------|---------------|------------|----------------|-------------------|
| | 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da | 25372 | UN. | 60.850.000 | R\$ 1,00 | R\$ 60.850.000,00 |

| | | | | | | | |
|-----|---|--|-------|--------|------------|--------------|--------------------------|
| I | | Polícia Federal (PF) | | | | | |
| | 2 | Taxa de administração ITEM 1 (1,13%) | | | 1 | 100 | 100 |
| | 3 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | 25372 | SERV. | 32.838.250 | R\$ 1,00 | R\$ 32.838.250,00 |
| | 4 | Taxa de administração ITEM 3 (1,13%) | | | 1 | 100 | 100 |
| II | 5 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | 25372 | LITROS | 14.875.481 | R\$ 6,33 | R\$ 94.161.794,73 |
| | 6 | Taxa de administração ITEM 5 (1,74%) | | | 1 | 100 | 100 |
| III | 7 | Fornecimento do serviço de transporte rodoviário de veículos — incluindo sedans, hatchbacks, SUVs, caminhonetes e similares — em todo o território nacional, com coleta e entrega porta a porta, realizado por caminhão tipo cegonha ou guincho, conforme a necessidade | 4189 | VIAG. | 580 | R\$ 3.114,00 | R\$ 1.806.120,00 |

| | | | | | | |
|--------------------|---|---|--|---|-----|---------------------------|
| | 8 | Taxa de administração ITEM 7 (1,08%) | | 1 | 100 | 100 |
| TOTAL ANUAL | | | | | | R\$ 189.656.564,73 |

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgãos participantes.

| Órgão Gerenciador: UASG 200334 - CGAD/DLOG/PF | | | | | |
|--|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 5.250.000 | R\$ 5.250.000,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 2.250.000 | R\$ 2.250.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 1.431.424 | R\$ 8.969.505,27 |
| | Fornecimento do serviço de transporte rodoviário de veículos — | | | | |

| | | | | | |
|---|--|---------|---|-----|-------------------------|
| 4 | incluindo sedans, hatchbacks, SUVs, caminhonetes e similares — em todo o território nacional, com coleta e entrega porta a porta, realizado por caminhão tipo cegonha ou guincho, conforme a necessidade | VIAGENS | 0 | 580 | R\$ 1.806.120,00 |
|---|--|---------|---|-----|-------------------------|

| Órgão Participante: UASG 200340 - DIREN-ANP/PF | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 1.074.750 | R\$ 1.074.750,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 524.500 | R\$ 524.500,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 155.720 | R\$ 970.677,90 |

Órgão Participante: UASG 200380 - SR/PF/AC

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 1.525.000 | R\$ 1.525.000,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 525.000 | R\$ 525.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 187.043 | R\$ 1.390.627,13 |

Órgão Participante: UASG 200358 - SR/PF/AL

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| | Fornecimento de peças, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|---------|-----------------------|
| 1 | equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 270.000 | R\$ 270.000,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 68.250 | R\$ 68.250,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 141.610 | R\$ 858.078,40 |

| Órgão Participante: UASG 200382 - SR/PF/AM | | | | | |
|--|--|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 3.020.000 | R\$ 3.020.000,00 |
| | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|-----------|-------------------------|
| 2 | equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 4.432.500 | R\$ 4.432.500,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 1.329.400 | R\$ 9.155.095,00 |

| Órgão Participante: UASG 200402 - SR/PF/AP | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 461.250 | R\$ 461.250,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 522.750 | R\$ 522.750,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 164.050 | R\$ 1.033.702,00 |

Órgão Participante: UASG 200346 - SR/PF/BA

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 1.828.750 | R\$ 1.828.750,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.094.000 | R\$ 1.094.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 437.240 | R\$ 2.715.845,20 |

Órgão Participante: UASG 200392 - SR/PF/CE

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| | Fornecimento de peças, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|---------|-------------------------|
| 1 | equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 758.250 | R\$ 758.250,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 301.500 | R\$ 301.500,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 274.890 | R\$ 1.732.901,80 |

| Órgão Participante: UASG 200338 - SR/PF/DF | | | | | |
|--|--|-------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 994.750 | R\$ 994.750,00 |
| | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|---------|-------------------------|
| 2 | equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 205.500 | R\$ 205.500,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 248.200 | R\$ 1.544.696,50 |

| Órgão Participante: UASG 200352 - SR/PF/ES | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 952.750 | R\$ 952.750,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 658.750 | R\$ 658.750,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 200.090 | R\$ 1.234.817,10 |

Órgão Participante: UASG 200376 - SR/PF/GO

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 1.798.750 | R\$ 1.798.750,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 842.750 | R\$ 842.750,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 446.080 | R\$ 2.763.844,70 |

Órgão Participante: UASG 200388 - SR/PF/MA

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| | Fornecimento de peças, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|-----------|-------------------------|
| 1 | equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 1.810.000 | R\$1.810.000,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 967.500 | R\$ 967.500,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 427.380 | R\$ 2.527.971,40 |

| Órgão Participante: UASG 200350 - SR/PF/MG | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 1.838.250 | R\$ 1.838.250,00 |
| | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|---------|-------------------------|
| 2 | equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 654.250 | R\$ 654.250,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 784.890 | R\$ 4.787.570,60 |

Órgão Participante: UASG 200354 - SR/PF/MS

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 3.797.750 | R\$ 3.797.750,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.985.750 | R\$ 1.985.750,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 574.260 | R\$ 3.483.473,40 |

Órgão Participante: UASG 200374 - SR/PF/MT

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|------|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 2.125.000 | R\$ 2.125.000,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.075.000,00 | R\$ 1.075.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 342.890 | R\$ 2.182.335,90 |

Órgão Participante: UASG 200386 - SR/PF/PA

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|------|------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| | Fornecimento de peças, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|-----------|-------------------------|
| 1 | equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 3.947.250 | R\$ 3.947.250,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.703.000 | R\$ 1.703.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 592.280 | R\$ 3.693.025,60 |

| Órgão Participante: UASG 200396 - SR/PF/PB | | | | | |
|--|--|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 1.204.500 | R\$ 1.204.500,00 |
| | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|---------|-------------------------|
| 2 | equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 533.500 | R\$ 533.500,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 274.890 | R\$ 1.629.076,00 |

Órgão Participante: UASG 200398 - SR/PF/PE

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|------|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 2.145.750 | R\$ 2.145.750,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.021.250 | R\$ 1.021.250,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 420.664 | R\$ 2.619.200,03 |

Órgão Participante: UASG 200390 - SR/PF/PI

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|------|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 943.250 | R\$ 943.250,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 344.250 | R\$ 344.250,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 141.950 | R\$ 852.038,30 |

Órgão Participante: UASG 200364 - SR/PF/PR

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|------|------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| | Fornecimento de peças, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|-----------|-------------------------|
| 1 | equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 1.912.000 | R\$ 1.912.000,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.028.750 | R\$ 1.028.750,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 470.220 | R\$ 2.972.937,90 |

Órgão Participante: UASG 200356 - SR/PF/RJ

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|------|--|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 2.893.250 | R\$ 2.893.250,00 |
| | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|-----------|-------------------------|
| 2 | equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.427.750 | R\$ 1.427.750,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 798.040 | R\$ 4.992.643,00 |

| Órgão Participante: UASG 200394 - SR/PF/RN | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 818.250 | R\$ 818.250,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 331.250 | R\$ 331.250,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 256.020 | R\$ 1.644.046,20 |

Órgão Participante: UASG 200378 - SR/PF/RO

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 2.725.500 | R\$ 2.725.500,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.468.500 | R\$ 1.468.500,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 456.280 | R\$ 3.046.406,80 |

Órgão Participante: UASG 200384 - SR/PF/RR

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|-------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|-----------|-------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 1.322.250 | R\$ 1.322.250,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 639.750 | R\$ 639.750,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 319.430 | R\$ 2.204.405,30 |

Órgão Participante: UASG 200372 - SR/PF/RS

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
|------|--|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 3.047.250 | R\$ 3.047.250,00 |
| | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|--------------|-------------------------|
| 2 | corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 2.343.000,00 | R\$ 2.343.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 650.590 | R\$ 4.037.180,40 |

| Órgão Participante: UASG 200370 - SR/PF/SC | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 1.096.500 | R\$ 1.096.500,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 711.000 | R\$ 711.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e | LITROS | 0 | 329.290 | R\$ 2.093.380,00 |

| | | | | | |
|--|----------------------------------|--|--|--|--|
| | veículos da Polícia Federal (PF) | | | | |
|--|----------------------------------|--|--|--|--|

| Órgão Participante: UASG 200344 - SR/PF/SE | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF | UNIDADE | 0 | 453.000 | R\$ 453.000,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 226.000 | R\$ 226.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 112.130 | R\$ 691.894,50 |

| Órgão Participante: UASG 200360 - SR/PF/SP | | | | | |
|--|------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|-----------|-------------------------|
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 7.468.500 | R\$ 7.468.500,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 2.853.750 | R\$ 2.853.750,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 1.497.530 | R\$ 9.220.463,40 |

| Órgão Participante: UASG 200404 - SR/PF/TO | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 550.000 | R\$ 550.000,00 |
| | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---------|---|---------|-------------------------|
| 2 | corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 303.500 | R\$ 303.500,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | LITROS | 0 | 166.600 | R\$ 1.028.942,00 |

| Órgão Participante: UASG 200366 - DPF/FIG/PR | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | UNIDADE DE MEDIDA | REQUISIÇÃO MÍNIMA | REQUISIÇÃO Máxima | Quantidade total |
| 1 | Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF) | UNIDADE | 0 | 2.817.500 | R\$ 2.817.500,00 |
| 2 | Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal (PF), calculada pelo valor da mão de obra/hora | SERVIÇO | 0 | 1.795.000 | R\$ 1.795.000,00 |
| 3 | Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e | LITROS | 0 | 1.244.400 | R\$ 8.085.013,00 |

| | | | | |
|--|----------------------------------|--|--|--|
| | veículos da Polícia Federal (PF) | | | |
|--|----------------------------------|--|--|--|

*** Os valores estimados para o fornecimento de combustíveis consideraram o Preço Médio de Revenda por Estado divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, constante do respectivo Resumo Semanal, por representar o comportamento predominante do mercado regional e assegurar aderência aos preços praticados, em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133/2021. A base de dados utilizada, extraída do Resumo Semanal da ANP "15/02/2026 a 21/02/2026" disponível em seu portal eletrônico oficial, através do link: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/arquivos-lpc/2026/resumo_semanal_lpc_2026-02-15_2026-02-21.xlsx.

1.1.2. Observou-se na execução de contrato similar haver risco de grande volatilidade no valor do litro do combustível, o que levou à recomendação por parte da AGU de contratação baseada na quantidade (Litro) para os possíveis ajustes de valor contratado durante execução do fornecimento do produto.

1.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico; dos seguintes campos:

1.2.1. Para os itens 2, 4, 6 e 8 deverá ser ofertado o maior desconto.

1.2.1.1. A taxa dos itens 2 e 4 é de 1,13% a do item 6 é de 1,74%, e a o item 8 é de 1,08%.

1.2.1.2. Os itens 1, 3, 5 e 7 não serão objeto de lance, pois tratam de reservas de orçamento a serem utilizadas pela administração por ocasião das futuras contratações.

1.2.2. O julgamento das propostas levará em consideração o maior desconto a ser subtraído da taxa de administração, apurada na pesquisa de preços, observados todos os critérios estabelecidos no edital de licitações.

1.2.2.1. Finalizada a habilitação, registrada a taxa de administração ou a taxa de desconto ofertada, os itens 2, 4, 6 e 8 serão ajustados pelo pregoeiro ao valor mínimo permitido pelo sistema.

OBSERVAÇÕES:

a) Em decorrência de limitação do sistema Comprasgov não permitir lances com valor igual a zero ou negativo, o julgamento das propostas levará em consideração o maior desconto (a ser subtraído da taxa de administração apurada na pesquisa de preços, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela Exemplificativa do Item 2 e 4:

| VALOR DO LANCE NO COMPRASGOV | TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FINAL |
|------------------------------|--|
| 100 | 1,13 % (taxa de administração máxima a ser paga) |
| 99 | 0,13% (taxa de administração máxima a ser paga) |
| 98,87 | 0,00% (a empresa não cobrará taxa de administração pelo serviço) |
| 98 | -0,87% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 0,87% para Administração) |
| 97 | - 1,87% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 1,87% para Administração) |
| | |

| | |
|-------|---|
| 95 | -3,87% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 3,87% para Administração) |
| 94,87 | -4% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 4% para Administração) |
| 93 | -5,87% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 5,87% para Administração) |
| 85 | -13,87% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 13,87% para Administração) |
| 83,87 | -15% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 15% para Administração) |

Tabela Exemplificativa do Item 6:

| VALOR DO LANCE NO COMPRASGOV | TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FINAL |
|------------------------------|---|
| 100 | 1,74 % (taxa de administração máxima a ser paga) |
| 99 | 0,74% (taxa de administração máxima a ser paga) |
| 98,26 | 0,00% (a empresa não cobrará taxa de administração pelo serviço) |
| 98 | -0,26% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 0,26% para Administração) |
| 97 | - 1,26% deixa de cobrar taxa, dando desconto de 1,26% para Administração) |
| 95 | -3,26% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 3,26% para Administração) |
| 94,26 | -4% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 4% para Administração) |
| 93 | -5,26% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 5,26% para Administração) |
| 85 | -13,26% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 13,26% para Administração) |
| 83,26 | -15% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 15% para Administração) |

Tabela Exemplificativa do Item 8:

| VALOR DO LANCE NO COMPRASGOV | TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FINAL |
|------------------------------|---|
| 100 | 1,08% (taxa de administração máxima a ser paga) |
| 99 | 0,08% (taxa de administração máxima a ser paga) |
| 98,92 | 0,00% (a empresa não cobrará taxa de administração pelo serviço) |
| 97 | -1,92% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 1,92% para Administração) |
| 96,50 | -2,42% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 2,42% para Administração) |
| 95 | -3,92% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 3,92% para Administração) |
| 94,3 | -3,7% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 3,7% para Administração) |
| 93 | -4,62% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 4,62% para Administração) |
| 85 | -13,92% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 13,92% para Administração) |
| 83,92 | -15% (deixa de cobrar taxa, dando desconto de 15% para Administração) |

1.2.3. Taxa de Administração é a taxa cobrada do Contratante pela Contratada para a realização dos serviços. Essa taxa é aplicada sobre todos os serviços e produtos adquiridos pelo Contratante. A taxa pode ser positiva, negativa ou nula.

1.2.4. Para os itens 2, 4, 6 e 8, **NÃO** será admitida Taxa de Administração acima da estimada no subitem 1.1, podendo ser igual ou inferior a 1,13% (um vírgula treze por cento) para os itens 2 e 4, 1,74% (um vírgula setenta e quatro por cento) para o item 6, e 1,08% (um vírgula zero oito por cento) para o item 8 podendo ainda ser ofertado descontos.

1.2.5. O consumo do valor da contratação ocorrerá sob demanda e dependerá da necessidade de manutenção, fornecimento de peças e mão de obra dos veículos do Contratante.

1.2.6. Em atendimento ao Acórdão 2354/2017–TCU– Plenário e Acórdão TCE/PE 1327/2018 a contratada deverá observar o limite máximo de taxa de administração do Credenciado apurada na pesquisa de preços.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção comprometeria toda a frota de veículos da Polícia Federal, e sua vigência deve se estender por mais de um exercício financeiro.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) **meses** contados **a partir da data da sua assinatura**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O Custo Unitário estimado para os itens e os percentuais de desconto estão definidos neste Termo de Referência (TR).

1.8. Para a celebração do contrato será considerado o valor integral dos itens, já com incidência do desconto percentual, que será consignado no instrumento contratual para subsidiar a equipe de execução durante a etapa de pagamento.

1.9. A taxa de desconto ganhadora do certame deverá guardar relação com a realidade econômica do país, possibilitando a exequibilidade dos serviços ou de fornecimento de produtos pela rede credenciada da contratada, sendo vedado solução de continuidade de atendimento da frota de veículos da PF, e/ou utilização de subterfúgios remuneratórios compensatórios para a citada rede credenciada (oficinas/postos) como utilização de produtos remanufaturados/recondicionados, de segunda linha ou procedência duvidosa.

1.10. Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços com assentamento no artigo 3º, incisos II e III do Decreto 11.462 /2023, como justificativa para atendimento das unidades centrais do órgão e demais unidades aderentes.

1.11. O órgão gerenciador, Polícia Federal (PF), considerando a complexidade técnica e operacional do objeto, a abrangência nacional da solução e a necessidade de gestão centralizada e integrada envolvendo todas as Unidades Gestoras (UASGs) da Polícia Federal, **não** aceitará a adesão por órgãos ou entidades não participantes da Ata de Registro de Preços decorrente deste certame.

1.12. A Polícia Federal (PF) celebrará contrato para 100% das quantidades registradas, salientando-se que se trata de um contrato estimativo, que não obriga a execução do valor total.

1.13. Haverá renovação do quantitativo originalmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

. ID PCA no PNCP: **00394494000136-0-000048/2026**;

I. Data de publicação no PNCP: **16/05/2024**;

II. Id do item no PCA: **320**;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência e consiste na contratação dos serviços que compõem o **Sistema Integrado de Gerenciamento de Frotas da Polícia Federal**. O objeto abrange, em âmbito nacional, a administração e o gerenciamento completo da frota automotiva e motorizada da Polícia Federal, incluindo veículos, embarcações e máquinas movidas a combustível, distribuídas por todas as unidades da Federação, tanto da unidade gerenciadora quanto dos órgãos participantes, conforme **ANEXO D** deste Termo de Referência.

3.1.1 O **Sistema Integrado de Gerenciamento de Frotas da Polícia Federal** observada a disposição de grupos da licitação contempla os seguintes serviços essenciais:

3.1.1.1. **Abastecimento de combustíveis e derivados:** A CONTRATADA deverá disponibilizar solução integrada para o abastecimento de combustíveis e derivados, por meio de rede credenciada de abrangência nacional, operando sob modelo de autogestão, de modo a assegurar ampla capilaridade, flexibilidade operacional e atendimento contínuo às demandas da CONTRATANTE em todo o território nacional.

a) Cada bem pertencente à CONTRATANTE, compreendendo veículos, embarcações e equipamentos, deverá ser individualmente identificado no sistema da CONTRATADA mediante cartão físico exclusivo para abastecimento, contendo informações indispensáveis à sua individualização, rastreabilidade, controle e fiscalização do consumo;

b) Os veículos da CONTRATANTE deverão, ainda, ser equipados com TAGs eletrônicas compatíveis com tecnologia RFID, a serem fornecidas, administradas e geridas pela CONTRATADA, destinadas a viabilizar o abastecimento automatizado em postos credenciados que disponham dessa tecnologia, bem como a livre passagem em todas as praças de pedágio do território nacional que operem com o sistema AVI (Automatic Vehicle Identification)

3.1.1.2. **Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e materiais**, sob modelo de gestão compartilhada, assegurando competitividade, controle e rastreabilidade bem como fornecimento de peças e materiais correlatos, estruturados como itens específicos dentro do mesmo grupo, em razão de sua interdependência operacional.

3.1.1.3. **Transporte porta-a-porta de veículos**, por meio de caminhões tipo cegonha e/ou guinchos-plataforma, para otimização logística e preservação do patrimônio público;

3.1.1.3.1. Para cada demanda de transporte, realizada por veículo do tipo cegonha ou guincho, a cobrança será efetuada com base no quilômetro efetivamente percorrido, considerado o trajeto de ida e retorno, conforme orçamento específico previamente aprovado pela CONTRATANTE. O orçamento deverá ser elaborado a partir de pesquisa de preços de mercado, observando-se, obrigatoriamente, os princípios da economicidade, vantajosidade e razoabilidade, bem como as condições efetivamente executadas no serviço.

3.1.2. Escopo inclui, ainda, os bens que venham a ser substituídos ou acrescidos à frota atual, bem como aqueles colocados à disposição da CONTRATANTE por meio de convênios, contratos, cessões, comodatos, ordem judicial ou locação, respeitando as regras e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

3.2 Do Gerenciamento de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (Autogestão): Constitui objeto a prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado para o fornecimento de combustíveis destinados à frota de viaturas, embarcações e máquinas movidas a combustível da unidade gerenciadora e dos órgãos participantes, conforme especificações do **ANEXO A** deste Termo de Referência.

3.2.1. A CONTRATADA deverá dispor de rede credenciada de estabelecimentos aptos à prestação dos serviços nos municípios listados no **ANEXO D** deste Termo de Referência, podendo ser incluídas novas localidades conforme necessidade da CONTRATANTE.

3.2.1.1. É vedada qualquer restrição ao uso da rede efetivamente credenciada, devendo ser garantida ampla cobertura geográfica e operacional, com disponibilidade compatível com a capilaridade das unidades da Polícia Federal.

3.2.2. Os estabelecimentos a serem credenciados pela licitante vencedora deverão observar os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI 01, de 19 de janeiro de 2010, com ênfase nas práticas que guardem relação direta com o objeto deste Termo de Referência. A adoção de medidas sustentáveis será considerada um diferencial qualitativo na execução contratual, contribuindo para a responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

3.2.3. Os insumos a serem disponibilizados pela CONTRATADA deverão atender integralmente às necessidades operacionais da CONTRATANTE, garantindo o abastecimento adequado da frota de viaturas, embarcações e máquinas movidas a combustível da CONTRANTE, conforme especificações técnicas e exigências institucionais. O rol mínimo de combustíveis e produtos inclui:

a) Gasolina (comum, aditivada e premium);

b) Etanol;

c) Diesel (comum, S10, biodiesel, marítimo, ou qualquer outro necessário ao funcionamento dos veículos, embarcações e máquinas);

d) Gás natural veicular - GNV;

e) Soluções aditivas necessárias ao funcionamento e preservação dos veículos, embarcações e máquinas (cite-se: Arla32, aditivo estabilizador de diesel etc).

3.2.3.1. **Abastecimento energético de veículos híbridos (PHEV) elétricos (HEV):** A solução de gestão de abastecimento deverá contemplar, sempre que disponível, a utilização do cartão de abastecimento para o pagamento da recarga de veículos elétricos pertencentes ou a serviço da CONTRATANTE, em eletropostos integrantes de rede credenciada de abrangência nacional.

a) As operações de recarga elétrica realizadas por meio do cartão deverão ser integralmente registradas no sistema da CONTRATADA, com informações mínimas que permitam a identificação do veículo, do eletroposto, da data e horário, da energia efetivamente consumida (kWh) e do valor cobrado, assegurando a rastreabilidade, o controle gerencial e a auditoria das despesas.

b) A utilização do cartão para recarga em eletropostos não implicará alteração do modelo de autogestão adotado, devendo ser observados os princípios da economicidade, transparência e vantajosidade.

3.2.4. Soluções de compensação de carbono, com emissão de relatórios mensais sobre os índices de emissão de CO e respectivas medidas compensatórias, disponibilizados em formato acessível e integrado ao sistema de gestão contratual.

3.2.5. A prestação dos serviços de gerenciamento do consumo de GNV será realizada exclusivamente nos locais indicados pelo órgão gerenciador e pelos órgãos participantes, conforme suas respectivas necessidades. As condições de preço, faturamento e pagamento previstas neste Termo de Referência serão igualmente aplicáveis a todos esses locais, em âmbito nacional.

3.2.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma solução alternativa que assegure a continuidade dos serviços contratados, caso ocorra qualquer impedimento na realização das transações por meio eletrônico.

3.2.7. **Fornecimento de cartões e TAGs:** No momento da implantação do sistema, bem como na inclusão de novos veículos, embarcações e máquinas movidas a combustível à frota gerenciada, a CONTRATADA deverá fornecer, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, os cartões de abastecimento e as TAGs, no caso de veículos oficiais. Esses

dispositivos deverão ser individuais, intransferíveis e entregues conforme as solicitações e listas oficialmente encaminhadas pela CONTRATANTE.

3.2.8 Fornecimento e gestão de TAGs de Identificação veicular: A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional, dispositivos eletrônicos de pagamento automático (**TAGs**), baseados em tecnologia de Identificação por Rádio Frequência (RFID) ou tecnologia superior ou mais moderna, com funcionalidades integradas voltadas à gestão inteligente da frota oficial. Esses dispositivos deverão atender, de forma cumulativa, às seguintes finalidades:

a) Identificação e liberação para abastecimento (quando for o caso): Permitir a identificação automática das viaturas nos pontos de abastecimento que possuam leitores RFID, viabilizando a liberação imediata do serviço, após a validação do servidor da CONTRATANTE (com matrícula e senha individual). Essa funcionalidade proporcionará ganhos em agilidade, controle e rastreabilidade das operações de abastecimento.

b) Livre passagem em praças de pedágio: Assegurar o trânsito livre das viaturas da Polícia Federal, sejam ostensivas ou reservadas, por todas as praças de pedágio do território nacional, exclusivamente por meio das faixas de Identificação Automática de Veículos (AVI). A liberação deverá ocorrer de forma automática, sem necessidade de parada ou intervenção manual, em conformidade com a isenção prevista nos artigos 64 e 65 da Resolução ANTT 6.032/2023, que garantem a gratuidade para veículos oficiais.

3.2.8.1 A CONTRATADA poderá fornecer mais de uma TAG por veículo, sendo facultada a utilização de uma destinada exclusivamente ao controle de abastecimento e outra para identificação nas praças de pedágios. A adoção de etiquetas distintas tem por objetivo assegurar maior agilidade operacional, reduzir riscos de falhas sistêmicas, aumentar a segurança das transações e garantir a continuidade das operações logísticas. A implementação dessa flexibilização poderá ocorrer mediante subcontratação, desde que observadas integralmente as disposições legais e contratuais aplicáveis, permanecendo a CONTRATADA responsável por todas as obrigações assumidas, inclusive quanto à gestão, monitoramento, substituição e integração das TAGs ao sistema informatizado, garantindo rastreabilidade, prevenção de fraudes e conformidade com os padrões de segurança exigidos.

3.2.8.2. A CONTRATADA deverá garantir que as TAGs estejam devidamente cadastradas e configuradas para usufruir das isenções previstas aos veículos oficiais na Resolução ANTT 6.032/2023.

3.2.8.3. Para garantir a efetividade da solução, a CONTRATADA deverá implementar e manter um sistema web integrado às plataformas das concessionárias de rodovias, que possibilite à CONTRATANTE o cadastro e a gestão dos veículos oficiais com direito à isenção de pedágio, em conformidade com a Resolução ANTT 6.032/2023. O sistema deverá assegurar a correta identificação das viaturas policiais, a aplicação automática das isenções previstas e a liberação imediata nas praças de pedágio, observando todos os parâmetros legais e operacionais exigidos.

3.2.8.4. O sistema deverá, adicionalmente, disponibilizar à CONTRANTE as seguintes funcionalidades:

a) Gerenciamento de TAGs: possibilitar a ativação, bloqueio e alteração das TAGs utilizadas nas viaturas, assegurando controle preciso e completo sobre os dispositivos, bem como a integridade e a segurança das informações.

b) Relatórios e Inteligência de Dados: permitir a geração de relatórios gerenciais customizáveis, conforme as necessidades da Administração, incluindo ferramentas de Business Intelligence (BI) para análise detalhada da utilização das TAGs e apoio à tomada de decisão.

3.2.8.5 A CONTRATADA deverá entregar as TAGs aos gestores e/ou fiscais do contrato em cada UF contratante.

3.2.8.6. Os gestores e fiscais do contrato da CONTRATANTE deverão ter acesso irrestrito às informações relativas aos veículos sob sua responsabilidade.

3.2.8.7. Os servidores designados pela Divisão de Gestão de Frota (DIFRO/CGAD/DLOG/PF) e/ou pela Diretoria de Administração e Logística da PF (DLOG/PF) deverão ter acesso integral e irrestrito a todas as bases de dados relacionadas à gestão da frota da Polícia Federal, ainda que a contratação seja realizada de forma descentralizada pelas Superintendências Regionais.

3.2.8.8. O sistema da CONTRATADA atender a todos os requisitos constantes do **ANEXO I** do TR, bem como deverá permitir, mediante autenticação única (single sign-on), que os gestores designados tenham visão global e consolidada de todos os contratos vigentes, com possibilidade de selecionar contratos específicos para consulta e geração relatórios detalhados e consolidados. Esse acesso deverá contemplar a visualização completa das informações gerenciais, incluindo histórico de serviços, custos, indicadores de desempenho e demais dados relevantes, além de possibilitar a extração de relatórios customizáveis em formatos compatíveis com ferramentas de análise e auditoria.

3.2.9 **Inclusão de Novos Usuários:** Para a inclusão de novos usuários no sistema, a CONTRATADA deverá fornecer, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, senhas individuais de abastecimento. Essas senhas deverão ser disponibilizadas por meio digital seguro, como SMS, WhatsApp, aplicativo, e-mail institucional ou outro canal previamente acordado com a CONTRATANTE. A entrega das credenciais deverá garantir confidencialidade, rastreabilidade e compatibilidade com os protocolos de segurança da informação adotados pela CONTRATANTE.

3.2.10. **Gerenciamento de Abastecimento em Deslocamento e Transferência de Ativos:** A CONTRATADA deverá garantir a plena operacionalidade de todos os veículos, embarcações e máquinas da CONTRATANTE cadastrados no sistema, permitindo que o abastecimento ocorra em qualquer unidade ou rede credenciada da CONTRATADA no território nacional, independentemente da Unidade da Polícia Federal (UPF) de origem do ativo e dos saldos contratuais específicos de cada UPF.

3.2.10.1. **Procedimento e Alocação de Custos:** A CONTRATADA deverá assegurar que o procedimento de abastecimento fora da UPF de origem (em deslocamento ou transferência) seja realizado sem interrupções operacionais e com a alocação automática e transparente dos custos, conforme as seguintes regras:

a) **Abastecimento em Deslocamento (Viagem ou Missão):** O custo do abastecimento realizado fora da UPF de origem será automaticamente debitado do saldo contratual da UPF que solicitou/autorizou o deslocamento ou da UPF detentora do ativo. A solicitação de liberação ou alteração temporária da área de abastecimento deve ser feita por meio da plataforma de gerenciamento de frota (ou por meio eletrônico definido) e deverá ser atendida pela CONTRATADA imediatamente após a autorização do gestor ou fiscal da CONTRATANTE.

b) **Transferência Definitiva de Sede:** Em caso de transferência definitiva do ativo para uma nova UPF, a alocação de custos será alterada para a UPF de destino a partir da data de registro da alteração de sede na plataforma de gestão da CONTRATADA. A CONTRATANTE fará essa comunicação formalmente e a CONTRATADA deve efetuar a mudança na plataforma em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação.

c) **Segurança e Transparência:** A funcionalidade de abastecimento interunidades deve ser implementada de forma segura, garantindo a rastreabilidade de cada transação, e transparente, permitindo que a CONTRATANTE monitore em tempo real a alocação de custos, sem impor restrições técnicas ou administrativas que dificultem a continuidade das operações.

3.2.11. Em razão da natureza das atividades desenvolvidas pelo órgão, os cartões e TAGs destinados aos veículos não deverão conter qualquer informação que permita a identificação da Polícia Federal.

3.2.12. As regras, a descrição detalhada da solução adotada e as especificações relativas ao fornecimento de combustíveis estão minuciosamente apresentadas no **ANEXO A** deste Termo de Referência.

3.3 Do gerenciamento da MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (gestão compartilhada): A contratação tem por objeto a prestação continuada de serviços de administração e gerenciamento compartilhado das manutenções preventiva e corretiva da frota de veículos, embarcações e máquinas da CONTRATANTE, movidas a combustível, por meio de rede credenciada nacional e sistema informatizado acessível via web, garantindo rastreabilidade, transparência e controle, conforme regras estabelecidas no **ANEXO B** deste Termo de Referência.

3.3.1. O serviço deverá atender todas as marcas e modelos de veículos, embarcações e máquinas da CONTRATANTE ou utilizados em suas atividades, observando as regras e especificações deste Termo de Referência e seus anexos.

3.3.2. Escopo dos Serviços da MANUTENÇÃO: Incluem-se, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Manutenção mecânica preventiva e corretiva;
- b) Manutenção e revisões vinculadas à garantia de fábrica;
- c) Manutenção elétrica;
- d) Serviço de guincho, com transporte em suspenso e socorro mecânico;
- e) Lanternagem e funilaria;
- f) Pintura automotiva;
- g) Estofagem;
- h) Alinhamento de direção e suspensão (cáster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas e balanceamento (simples e computadorizado);
- i) Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves e cartões de ignição;
- j) Manutenção de sistemas de ar-condicionado automotivo;
- k) Fornecimento de peças necessárias ao pleno funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos;
- l) Fornecimento de componentes e acessórios automotivos;
- m) Fornecimento de placas de identificação veicular;
- n) Fornecimento de extintores de incêndio e respectivas cargas;
- o) Reparo e substituição de acessórios luminosos e sonoros de viaturas policiais;
- p) Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento conforme padrão visual da Polícia Federal, com fornecimento de todos os materiais necessários;
- q) Lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização;
- r) Serviços, peças e materiais de borracharia, incluindo fornecimento de pneus;
- s) Serviços de vidraçaria automotiva, incluindo aplicação e remoção de películas de controle solar e gravação de número de chassi;
- t) Serviços, materiais e peças relacionados à **blindagem automotiva**;
- u) Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, ainda que não explicitamente previsto no Plano de Trabalho, seja necessário ao perfeito funcionamento dos veículos, máquinas, embarcações ou equipamentos vinculados à Polícia Federal.

3.3.3. Para fins de melhor compreensão do objeto descrito no item anterior, entende-se por gerenciamento **compartilhado**, também denominado no mercado como plataforma de gestão orçamentária, o modelo no qual:

3.3.3.1. À CONTRATANTE compete a responsabilidade exclusiva pela escolha da empresa que apresentará o primeiro orçamento e pela autorização expressa para execução dos serviços pela empresa escolhida.

3.3.3.2. À CONTRATADA cabe:

- a) Realizar todas as tratativas junto à sua rede credenciada, visando obter o menor custo global e as melhores condições técnicas e comerciais para execução do orçamento aprovado.
- b) Efetuar pesquisas de preços, consultas e comparações com valores praticados pelos fabricantes e tabelas referenciais reconhecidas, garantindo conformidade e economicidade.
- c) Negociar cotações e condições com os estabelecimentos credenciados, assegurando competitividade e transparência.

d) Formalizar ajustes contratuais com os credenciados, sempre em estrita observância às regras do edital e da legislação aplicável.

3.3.4. Cabe à CONTRATANTE a responsabilidade pela cobrança, junto à sua rede credenciada, do cumprimento dos prazos estabelecidos no **ANEXOS B e G** deste Termo de Referência. O descumprimento desses prazos sujeitará a CONTRATANTE às sanções previstas, conforme disposto neste instrumento.

3.3.5. A relação de serviços e fornecimentos descrita fundamenta-se na necessidade de garantir a plena disponibilidade operacional dos veículos, embarcações e máquinas da CONTRATANTE, considerando as demandas das áreas finalística e meio. Essa estrutura possibilita a otimização do fluxo de trabalho, assegurando controle, agilidade e padronização em diversas localidades do território nacional, com foco em uma gestão orientada pela economicidade e pela efetividade, visando ao cumprimento das metas institucionais. Ressalta-se que, no modelo atual, a exclusão de serviços essenciais à mobilidade comprometeria significativamente a execução de planejamentos estratégicos, impactando diretamente a continuidade das operações e a capacidade de resposta da instituição.

3.3.6. **Procedimentos para Faturamento e Conciliação:** Para fins de pagamento mensal, cada nota fiscal emitida pelos estabelecimentos credenciados deverá ser apresentada obrigatoriamente em formato digital (PDF), contendo o número do orçamento ao qual está vinculada e a identificação do veículo, embarcação ou máquinas da CONTRATANTE. Da mesma forma, o orçamento registrado no sistema deverá conter, de forma obrigatória, os números das respectivas notas fiscais emitidas após a conclusão dos serviços. O descumprimento dessas exigências implicará na devolução do documento para correção, não sendo contabilizado o prazo para quitação até a regularização completa da documentação.

3.3.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma solução alternativa que assegure a continuidade dos serviços contratados, caso haja impossibilidade de realização das transações por meio eletrônico.

3.3.8. A CONTRATADA deverá manter atualizado o cadastro completo da frota ativa e inativa vinculada ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes, bem como dos usuários devidamente autorizados a registrar e acompanhar as manutenções no sistema.

3.3.9. As empresas que vierem a ser credenciadas pela licitante vencedora deverão observar os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa SLTI 01/2010, com especial atenção àqueles diretamente relacionados ao objeto deste Termo de Referência. Tais critérios abrangem, entre outros, a adoção de práticas que minimizem o impacto ambiental e a destinação adequada de resíduos.

3.3.10. Considerando que, independentemente dos descontos previamente contratados, uma das metas da CONTRATADA é promover índices crescentes de economicidade para a CONTRATANTE, mediante a obtenção de orçamentos com valores ajustados, negociados e compatíveis com a realidade do mercado, fica **vedada** a divulgação da tabela referencial de preços de mão de obra e lavagem — constante do **ANEXO H** deste Termo de Referência — entre os estabelecimentos credenciados. Tal vedação visa preservar a competitividade e evitar a frustração do processo de obtenção de melhores preços. O descumprimento desta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas neste Termo de Referência.

3.3.11. Os servidores designados pela Divisão de Gestão de Frota (DIFRO/CGAD/DLOG/PF) e/ou pela Diretoria de Administração e Logística da PF (DLOG/PF) deverão ter acesso integral e irrestrito a todas as bases de dados relacionadas à gestão da frota da Polícia Federal, ainda que a contratação seja realizada de forma descentralizada pelas Superintendências Regionais.

3.3.12. O sistema da CONTRATADA atender a todos os requisitos constantes do **ANEXO I** do TR, bem como deverá permitir, mediante autenticação única (single sign-on), que os gestores designados tenham visão global e consolidada de todos os contratos vigentes, com possibilidade de selecionar contratos específicos para consulta e geração relatórios detalhados e consolidados. Esse acesso deverá contemplar a visualização completa das informações gerenciais, incluindo histórico de serviços, custos, indicadores de desempenho e demais dados relevantes, além de possibilitar a extração de relatórios customizáveis em formatos compatíveis com ferramentas de análise e auditoria.

3.3.13. As regras, a descrição detalhada da solução adotada e as especificações referentes à manutenção preventiva e corretiva dos veículos, embarcações e máquinas da CONTRATANTE movidas à combustível estão especificadas no **ANEXO B** deste TR.

3.4 Transporte porta-a-porta de veículos: O serviço de transporte portaaporta de veículos, quando contratado de forma autônoma ou integrada ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Frotas da Polícia Federal, deverá ser executado por empresa especializada, podendo a CONTRATADA, sob sua inteira responsabilidade, subcontratar a execução do transporte, desde que a subcontratada possua habilitação técnica e legal compatível com o serviço a ser prestado.

3.4.1. Compete à CONTRATADA a realização, direta ou indireta, da coleta, transporte e entrega de veículos em âmbito nacional, por meio de caminhões do tipo cegonha e/ou guinchos, conforme a natureza da demanda.

3.4.2. A execução do serviço deverá assegurar elevados padrões de segurança, rastreabilidade e eficiência logística, observadas as boas práticas do setor e as especificações técnicas, operacionais e de controle estabelecidas no **ANEXO E** deste Termo de Referência.

3.4.3. A subcontratação prevista neste artigo não exime a CONTRATADA da responsabilidade integral pela adequada execução do serviço, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pela reparação de eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

3.4.4. O serviço deverá atender às seguintes demandas institucionais:

- a) Transferência de veículos entre unidades da CONTRATANTE;
- b) Movimentação temporária de viaturas para operações policiais e outras atividades estratégicas;
- c) Atendimento a processos de remoção de servidores, incluindo transporte de veículos particulares, conforme regulamentação vigente.
- d) Quaisquer veículos colocados à disposição da CONTRATANTE por meio de convênios, contratos, cessões, comodatos, ordem judicial ou locação.

3.4.5. A CONTRATADA, diretamente ou por meio de subcontratação admitida nos termos deste Termo de Referência, deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais mínimos para a execução do serviço de transporte portaaporta de veículos:

- I - Disponibilizar frota adequada e devidamente regularizada de caminhões tipo cegonha e/ou guinchos, compatível com a demanda, com cobertura operacional em todo o território nacional;
- II - Assegurar o rastreamento em tempo real dos veículos transportados, durante todo o percurso, com acesso às informações pela CONTRATANTE, para fins de acompanhamento e fiscalização;
- III - Manter seguro total que cubra integralmente os veículos transportados, abrangendo todos os riscos durante as etapas de coleta, transporte e entrega;
- IV - Utilizar sistema eletrônico de controle das ordens de serviço, integrado ao sistema de gerenciamento da frota, permitindo registro, acompanhamento, rastreabilidade e auditoria das operações;
- V - Emitir relatórios detalhados e auditáveis, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) local de origem e de destino do transporte;
 - b) data e horário da coleta e da entrega;
 - c) identificação completa do veículo transportado, incluindo placa, modelo e número do chassi;
 - d) nome completo e identificação do condutor responsável pelo transporte.

3.5. REQUISITOS TÉCNICOS DO SISTEMA - WEB SERVICE/ API: A CONTRATADA deverá assegurar a plena interoperabilidade entre sistemas, disponibilizando interfaces de programação de aplicações (APIs) padronizadas e documentadas, que permitam o consumo automatizado, seguro e contínuo de dados pela CONTRATANTE. As soluções implementadas deverão garantir integridade, rastreabilidade, disponibilidade e confidencialidade das informações, observando os requisitos técnicos e operacionais definidos no **ANEXO I** deste Termo de Referência, bem como as normas aplicáveis de segurança da informação, governança digital e proteção de dados.

3.5.1. As APIs deverão adotar protocolos amplamente reconhecidos no mercado, suportar autenticação robusta, criptografia ponta a ponta e mecanismos de controle de acesso baseados em perfis, assegurando conformidade com padrões como REST/JSON ou equivalentes, além de possibilitar auditoria completa das transações realizadas.

3.5.2. A CONTRATADA será responsável por prover e manter a infraestrutura necessária para a hospedagem, gestão e operação da API, garantindo alta disponibilidade, escalabilidade e segurança. Deverá, ainda, disponibilizar documentação técnica atualizada, suporte especializado e mecanismos robustos de controle de acesso, assegurando a integração contínua e estável com os sistemas da CONTRATANTE durante toda a vigência contratual.

3.5.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela disponibilização, operação, segurança, atualização e manutenção contínua do serviço de Web Service/ API, incluindo a infraestrutura técnica necessária para sua hospedagem, garantindo alta disponibilidade, estabilidade e conformidade com os requisitos de desempenho e segurança estabelecidos no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

3.5.4. A CONTRATADA deverá implementar e manter uma política de backup periódico, com procedimentos documentados e auditáveis, visando à preservação e à recuperação dos dados operacionais utilizados no funcionamento da API. Os mecanismos de backup deverão garantir a restauração completa e tempestiva em casos de falha, perda ou corrupção de dados, assegurando a continuidade do serviço e a integridade das informações.

3.5.5. A CONTRATADA deverá garantir suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual, abrangendo atendimento a dúvidas, resolução tempestiva de falhas e assistência especializada para integração com os sistemas da CONTRATANTE, assegurando a plena operacionalidade da solução.

3.5.5. Na rescisão contratual, a CONTRATADA deve prover, em até 10 (dez) dias úteis, exportação integral de dados (inclui dicionário/ER, chaves de integração, manuais) e suporte de transição por 30 dias, sem custos adicionais, garantindo continuidade operacional da CONTRATANTE.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. Não se prevê impacto ambiental significativo, uma vez que os serviços contratados não implicam alteração prejudicial ao equilíbrio do meio físico, biótico ou social das localidades abrangidas pela execução contratual.

4.2. Em conformidade com o art. 7º, inciso XI, da Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), os bens e serviços objeto desta contratação deverão observar critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, priorizando a redução de impactos e a eficiência no uso de recursos.

4.3. Todos os processos relacionados à execução do objeto — incluindo extração, fabricação, utilização e descarte de materiais — deverão ser conduzidos com observância às normas ambientais vigentes, assegurando práticas que minimizem impactos e promovam a sustentabilidade.

4.4. A CONTRATADA deverá envidar esforços para que sua rede credenciada adote práticas de sustentabilidade ambiental, tais como gestão adequada de resíduos, uso racional de recursos naturais e cumprimento das normas aplicáveis.

4.5. Em atendimento ao art. 33, inciso IV, da Lei 12.305/2010 e à Resolução CONAMA 362/2005, a CONTRATADA deverá realizar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada do óleo lubrificante usado ou contaminado, bem como de seus resíduos e embalagens, observando os seguintes procedimentos:

4.5.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados, resistentes a vazamentos, e adotar medidas para evitar contaminação com substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme art. 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA 362/2005.

4.5.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado por empresa coletora autorizada e licenciada, ou entregá-lo a revendedor de óleo lubrificante acabado, garantindo destinação final ambientalmente adequada, nos termos do art. 18, inciso III e §2º, da Resolução CONAMA nº 362/2005.

4.5.3. Quando se tratar de óleo lubrificante não reciclável, assegurar destinação final ambientalmente adequada, mediante autorização do órgão ambiental competente, conforme art. 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362/2005.

4.5.4. Utilizar produtos de limpeza e conservação que atendam às especificações e classificações estabelecidas pela ANVISA, priorizando formulações biodegradáveis e de menor impacto ambiental.

4.5.5. Realizar o recolhimento e a destinação adequada de pneus inservíveis, entregando-os a pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos por fabricantes ou importadores, ou ao estabelecimento que realizou a substituição, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 01/2010, Lei nº 12.305/2010 e Resolução CONAMA nº 416/2009.

4.5.6. Observar as disposições da Resolução CONAMA nº 340/2003 quanto ao manejo de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs), abrangidas pelo Protocolo de Montreal, garantindo procedimentos adequados de recolhimento, acondicionamento, transporte e destinação..

4.5.7. Providenciar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de frascos de aerossol, entregando-os ao sistema de logística reversa mantido por fabricantes, distribuidores ou revendedores, conforme legislação aplicável.

4.5.8. Manter programa interno voltado à redução do consumo de energia elétrica, água e geração de resíduos sólidos, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

4.5.9. Realizar a separação e destinação dos resíduos recicláveis à coleta seletiva municipal ou a associações e cooperativas de catadores, nos termos da Instrução Normativa MARE nº 6/1995 e do Decreto nº 5.940/2006.

4.5.10. Cumprir as Normas Brasileiras de Regulamentação (NBR) da ABNT aplicáveis à gestão de resíduos sólidos..

4.5.11. Propor à CONTRATANTE medidas que promovam a economia de combustíveis e a redução da emissão de gases poluentes, alinhadas às diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética.

Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

4.6. A execução contratual deverá assegurar:

- a) Atendimento integral e tempestivo das demandas de manutenção preventiva e corretiva da frota;
- b) Fornecimento contínuo e seguro de combustíveis, conforme especificações técnicas;
- c) Transporte porta-a-porta de veículos, garantindo segurança, rastreabilidade e cumprimento dos prazos estabelecidos;
- d) Fornecimento e gestão de TAGs de identificação eletrônica, para liberação automática em praças de pedágio e pontos de abastecimento, assegurando integração com o sistema informatizado e prevenção de fraudes;
- e) Cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos nos anexos deste Termo de Referência;
- f) Prestação de serviços em nível de qualidade compatível com os padrões contratados, garantindo disponibilidade operacional da frota;
- g) Implementação e manutenção de sistema informatizado de controle, que permita o monitoramento em tempo real dos serviços executados, com geração de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho;
- h) Comprovação de capacidade técnica e operacional para atendimento das demandas, em conformidade com os requisitos descritos nos Anexos deste Termo de Referência.

4.7. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

a) A CONTRATADA deverá detalhar e repassar à CONTRATANTE todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços, garantindo atualização contínua da base de conhecimento durante a vigência contratual..

b) A transferência de conhecimento deverá ocorrer sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, por meio de eventos formais, treinamentos e entrega de documentação técnica completa, incluindo manuais e guias operacionais.

c) A CONTRATADA deverá apresentar metodologia, cronograma e prazos para a transferência de conhecimento, consolidando essas informações em um Plano de Transferência de Conhecimento, a ser previamente aprovado pela equipe gestora da CONTRATANTE.

d) Em caso de nova licitação com mudança de fornecedor, a CONTRATADA deverá, nos últimos três meses de vigência contratual, realizar eventos formais para repasse de informações à nova contratada, incluindo procedimentos, documentos, base de conhecimento e esclarecimento de dúvidas, assegurando a continuidade dos serviços sem prejuízo operacional.

4.8. Quadro com Soluções de Mercado: Conforme identificado na Audiência Pública realizada em 04/08/2025 (Aviso de Audiência Pública nº 4/2025-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), verificou-se a existência de diversas empresas no mercado com comprovada capacidade técnica e operacional para atender às demandas desta contratação. Tal constatação reforça a viabilidade do objeto, assegura a ampla competitividade do certame e contribui para a economicidade, em conformidade com os princípios da Lei 14.133/2021.

4.9. O licitante deverá declarar, sob as penas da lei, que possui pleno conhecimento das condições técnicas, operacionais e legais necessárias para a execução dos serviços objeto desta contratação, comprometendo-se a cumpri-las integralmente.

SUBCONTRATAÇÃO

4.10. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.10.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.10.1.1. Quanto ao item de administração e gerenciamento para fornecimento de combustíveis.

4.11. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.11.1. Em caráter excepcional, quando determinada peça ou serviço não estiver disponível na rede credenciada, será admitida a subcontratação por um estabelecimento credenciado, observadas as condições deste Termo de Referência;

4.11.2. A subcontratação somente será aceita mediante apresentação prévia de justificativa formal da CONTRATADA ao fiscal do contrato. Caberá à CONTRATADA localizar o estabelecimento subcontratado e apresentar orçamento detalhado, contendo descrição dos serviços e peças, bem como a demonstração da carga tributária incidente, considerando que o estabelecimento intermediador não poderá auferir lucro na subcontratação. Em nenhuma hipótese a CONTRATANTE poderá arcar com ônus superior ao necessário em razão da insuficiência da rede credenciada;

4.11.3. Quando não for possível que o próprio estabelecimento credenciado execute determinado serviço ou forneça algum produto, os fiscais do contrato deverão ser previamente informados, a fim de viabilizar a melhor solução, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência.

4.11.4. Nenhuma subcontratação realizada por empresas credenciadas para aquisição de peças ou execução de serviços será autorizada para pagamento sem a devida apreciação e aprovação prévia do fiscal responsável pelo contrato.

4.11.5. Quando autorizada a subcontratação por empresas credenciadas, os valores cobrados não poderão exceder os constantes nas tabelas oficiais das montadoras (para peças e serviços), aplicados os descontos contratuais e

observadas as disposições tributárias vigentes. A CONTRATADA será responsável por verificar a conformidade dos valores praticados, sob pena de aplicação de glosa provisória ou definitiva, caso não comprove a legalidade dos índices aplicados;

4.11.6. Na hipótese prevista no item anterior, a glosa será inicialmente provisória, e a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação, para apresentar justificativas ou documentos comprobatórios. Decorrido o prazo sem manifestação ou comprovação adequada, a glosa será convertida em definitiva.

4.11.7. Também será admitida a subcontratação parcial para os serviços de **transporte porta-a-porta** de veículos, quando necessário para atendimento das demandas operacionais da Polícia Federal, bem como para o fornecimento e gestão de **TAGs de identificação eletrônica**, destinadas à liberação automática em praças de pedágio, garantindo integração com o sistema informatizado e conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência e seus ANEXOS.

4.12. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.13. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.14. A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.15. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.16. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação

VISTORIA

4.18. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. **Prazo e Condições para o Início da Execução do Objeto:** O início da execução dos serviços contratados (emissão da primeira Ordem de Serviço, ativação da plataforma de gestão e início do credenciamento) deverá ocorrer em um prazo máximo de **10 (dez) dias** corridos, contados a partir da data da **assinatura do Contrato**.

5.2. Durante este período de 10 dias, a CONTRATADA deverá realizar todas as atividades de implantação necessárias, incluindo a apresentação e validação da Rede Credenciada Mínima (conforme Artigo 5.5.1.), a customização e parametrização do sistema de gerenciamento de frotas e o cadastro inicial de usuários e ativos da CONTRATANTE.

5.3. Após o decurso do prazo de implantação e antes do início efetivo da prestação dos serviços, a CONTRATANTE promoverá uma Reunião Inicial de Alinhamento com a CONTRATADA para formalizar o entendimento mútuo sobre a execução do objeto. Esta reunião servirá para a apresentação e formalização do plano de fiscalização, que deverá abordar, minimamente:

- a) As obrigações contratuais detalhadas e os prazos de entrega (*milestones*);
- b) Os mecanismos e a periodicidade da fiscalização;
- c) O método de aferição dos resultados (indicadores de desempenho e SLAs);
- d) O Plano de Execução Complementar da CONTRATADA, se houver;
- e) O processo de aplicação de sanções em caso de descumprimento.

5.4. Detalhamento de Métodos e Rotinas: A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos operacionais, frequência e periodicidade de execução do trabalho e dos serviços, a serem rigorosamente observados pela CONTRATADA, estão definidos nos ANEXOS e Apêndices deste Termo de Referência, sendo parte integrante e indissociável do Contrato.

5.5. Local e Regime de Prestação dos Serviços: Os serviços de gerenciamento de frota serão prestados de forma ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana) e abrangente, devendo a rede credenciada atender, no mínimo, a todas as localidades constantes no ANEXO D (Tabela de Localidades) e cobrir a área de atuação da frota da CONTRATANTE.

5.5.1 Da rede credenciada: A CONTRATADA deverá selecionar, implantar e manter rede de estabelecimentos credenciados (abastecimento, manutenção e serviços correlatos) que atendam plenamente aos requisitos deste Termo de Referência (TR) e seus Anexos, garantindo a plena operacionalidade da frota da CONTRATANTE em todo o território de atuação.

5.5.1.1 Apresentação e Validação da Rede Mínima: A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, como condição prévia ao início da execução contratual e da emissão da primeira Ordem de Serviço, a seguinte documentação e planejamento para validação:

a) **Rede Credenciada Mínima Inicial:** A lista detalhada dos estabelecimentos que compõem a rede mínima necessária para iniciar as operações, devidamente georreferenciada e compatível com os requisitos de capilaridade, densidade e diversificação exigidos nos demais artigos do TR (ex: presença nos municípios com UPF).

b) **Plano de Expansão e Mitigação de Riscos:** Um Plano de Expansão que demonstre como a CONTRATADA atingirá a cobertura nacional plena ao longo do primeiro ano do contrato, com prazos bem definidos.

c) **Validação Técnica:** A rede credenciada e o plano de expansão somente serão considerados aprovados após a validação formal da CONTRATANTE ou do Gestor do Contrato, sendo o início da execução condicionado a essa aprovação.

5.5.1.2. Requisitos Mínimos para Estabelecimentos Credenciados: Todos os estabelecimentos credenciados para prestação de serviços de manutenção (preventiva, corretiva e/ou serviços correlatos), excetuando-se postos de abastecimento e distribuidoras, devem cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) **Estrutura de Suporte e Integração de Dados:** Possuir infraestrutura tecnológica adequada, incluindo computador, impressora e acesso à internet com estabilidade compatível, para garantir a integração em tempo real e a troca eletrônica de dados com o sistema informatizado da CONTRATADA (Ordens de Serviço, *Check-list*, Notas Fiscais, etc.).

b) **Capacidade Técnica e Operacional:** Dispor de estrutura física apropriada, ferramental, equipamentos de diagnóstico e medição, e equipe técnica devidamente qualificada e capacitada, em conformidade com a categoria de sua especialidade, para atendimento da frota da CONTRATANTE.

c) **Escopo Abrangente:** Estar apto a executar manutenção preventiva e corretiva em veículos, embarcações e máquinas movidas a combustível, independentemente da marca, modelo ou ano de fabricação, incluindo o fornecimento e a instalação de peças, componentes e materiais necessários de primeira linha e homologados pelo fabricante.

d) **Execução com Padrão de Fábrica:** Realizar os serviços utilizando pessoal qualificado, com técnicas e ferramentas compatíveis com as normas técnicas aplicáveis e as especificações de fábrica dos ativos. O serviço deve ser executado conforme as melhores práticas do setor, observando-se as orientações específicas da CONTRATANTE.

e) **Garantia de Qualidade e Segurança Operacional:** Devolver os ativos à CONTRATANTE em perfeitas condições de funcionamento e segurança operacional. A CONTRATADA e seus credenciados devem oferecer garantia mínima para todos os serviços executados e peças substituídas, conforme prazo e condições estabelecidos neste Contrato.

f) **Exigência Fiscal:** Estar apto à emissão de **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)** em formato digital (.PDF ou XML), observando rigorosamente as normas tributárias vigentes e o Protocolo ICMS aplicável, com o detalhamento de todos os serviços e itens fornecidos.

5.5.2. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável, perante a CONTRATANTE, por assegurar que todos os estabelecimentos de sua rede credenciada, sejam eles de abastecimento, manutenção ou correlatos, atendam e mantenham integralmente e de forma contínua todos os requisitos e padrões de qualidade técnicos, operacionais, fiscais e de segurança exigidos neste Termo de Referência e seus Anexos.

5.5.3. **Requisitos de Cobertura e Densidade (Abastecimento):** A prestação dos serviços de administração e gerenciamento para fornecimento de combustíveis deverá ocorrer com abrangência nacional. A CONTRATADA deve garantir a cobertura mínima, observando os seguintes critérios para os postos de abastecimento:

a) **Abrangência Mínima:** Estar presente em todas as cidades listadas no **ANEXO D**.

b) **Densidade:** Manter, no mínimo, 05 (cinco) estabelecimentos credenciados por localidade listada no **ANEXO D**, garantindo a competitividade e a disponibilidade.

c) **Localização Estratégica:** Os postos devem estar situados em rodovias e estradas federais e estaduais e, preferencialmente, localizados a, no máximo, 10 km das unidades fixas da Polícia Federal indicadas no **ANEXO D**.

d) **Distância Máxima e Disponibilidade:** Manter distância máxima de 300 km entre si em rotas críticas e, preferencialmente, prestar atendimento contínuo e ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), inclusive feriados.

5.5.4 **Requisitos de Cobertura e Qualidade (Manutenção e Serviços):** A rede de manutenção (preventiva, corretiva, funilaria e pintura) deve assegurar o atendimento de toda a frota da CONTRATANTE, com os seguintes requisitos:

a) **Manutenção Geral:** Manter, no mínimo, 05 (cinco) estabelecimentos credenciados em cada capital da Federação, aptos a atender a frota em geral.

b) **Manutenção Especializada (Garantia de Fábrica e Funilaria):** Deverão existir concessionárias credenciadas para todos os veículos da frota e estabelecimentos credenciados especializados em funilaria, lanternagem e pintura nos municípios indicados no **ANEXO D**.

c) **Horário de Atendimento:** Os estabelecimentos credenciados para manutenção deverão prestar atendimento contínuo durante o horário comercial praticado no mercado.

5.5.5. **Rede Plena e Indisponibilidade Proibida:** A CONTRATADA deverá apresentar e manter sua rede credenciada de forma completa, plena e sem qualquer restrição, segmentação ou limitação de uso pela CONTRATANTE (rede irrestrita), sob pena de sanções. É expressamente vedada a existência de estabelecimentos listados como credenciados, mas indisponíveis para utilização.

5.5.6. **Ampliação Compulsória da Rede:** A CONTRATADA deverá incluir novos estabelecimentos e localidades na rede sempre que exigido pela CONTRATANTE nas seguintes hipóteses, dentre outras, visando a melhoria do serviço e a economicidade:

- a) Atendimento insatisfatório ou falha na qualidade.
- b) Preços praticados acima dos limites contratuais.
- c) Necessidade de ampliação da cobertura ou densidade.

5.5.7. **Gestão de Exceções e Indisponibilidade:** Caso não seja possível atender às exigências de credenciamento (e.g., falta de concessionária em localidade específica ou indisponibilidade de rede de reparo) em alguma localidade, a CONTRATADA deverá seguir o seguinte procedimento:

- a) **Justificativa Formal:** Apresentar justificativa formal ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação ou da data-limite para credenciamento.
- b) **Transporte e Reparo:** Se a justificativa for aceita, a CONTRATADA deverá providenciar o reparo ou revisão em localidade próxima, utilizando transporte em caminhão-plataforma às suas expensas. O serviço deve ser executado de forma célere, com tempo restrito ao necessário para deslocamento e conclusão.

5.5.8. **Suporte e Comunicação:** A CONTRATADA deverá disponibilizar um canal permanente e eficiente de comunicação e suporte operacional com todos os credenciados (telefone, e-mail, etc.), garantindo o pronto esclarecimento de dúvidas e a solução de problemas operacionais.

5.6. DA FROTA A SER GERENCIADA

5.6.1. O objeto deste Termo de Referência compreende a administração e o gerenciamento integral da frota automotiva e motorizada da Polícia Federal, abrangendo **veículos, embarcações e máquinas movidas a combustível**, distribuídas em todas as unidades da Federação. A gestão deverá garantir a plena disponibilidade e operacionalidade da frota, assegurando a execução ininterrupta das atividades constitucionais atribuídas à CONTRATANTE, com observância aos princípios de eficiência, economicidade e segurança operacional.

5.6.2. O quantitativo de veículos e embarcações que compõem a frota da CONTRATANTE encontra-se no **ANEXO C** deste Termo de Referência, servindo como base para dimensionamento das soluções e planejamento da execução contratual.

5.6.3. O gerenciamento mensal deverá contemplar a frota da CONTRATANTE, conforme **ANEXO C** deste Termo de Referência, bem como quaisquer outros veículos, embarcações e equipamentos que venham a ser incorporados durante a vigência contratual, garantindo atualização imediata no sistema informatizado e plena integração às rotinas de manutenção, abastecimento e controle operacional.

5.6.4. A cobrança da taxa de administração será devida exclusivamente para os veículos, embarcações e máquinas efetivamente mantidos e/ou abastecidos no período, limitada a uma unidade de taxa por bem, independentemente da quantidade de manutenções ou abastecimentos realizados no mesmo mês, conforme disposições deste Termo de Referência.

5.6.5. A prestação dos serviços e o fornecimento de peças deverão atender não apenas à frota atual da CONTRATANTE, mas também a todos os bens que venham a ser incorporados ou substituídos durante a vigência contratual, bem como àqueles colocados à disposição da CONTRATANTE por meio de convênios, contratos, cessões, comodatos, ordens judiciais ou locações. O atendimento deverá, ainda, abranger veículos e embarcações de outros órgãos públicos que estejam sendo utilizados diretamente pela CONTRATANTE ou empregados em operações integradas, garantindo plena disponibilidade e continuidade das atividades institucionais.

5.7. DO TRANSPORTE DE VEÍCULOS PORTA-A-PORTA (ANEXO E)

5.7.1. A remuneração do serviço será efetuada mediante taxa de administração, devida apenas nos meses em que houver a efetiva utilização do transporte. Na ausência de utilização no período, não haverá cobrança da referida taxa.

5.7.2. A contratação será formalizada como item integrante do contrato de gestão de frota. Sempre que houver necessidade de transporte, será solicitado orçamento específico, com indicação da quantidade e do tipo de veículos, bem como dos locais de retirada e entrega e quaisquer outras informações que se fizerem necessárias à perfeita execução dos serviços.

5.7.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço.

5.7.4. Nos casos em que houver mais de uma origem ou destino, deverão ser apresentados orçamentos individualizados por localidade. A CONTRATADA deverá apresentar, quando houver credenciamento disponível, no mínimo cinco propostas para cada serviço, contemplando todos os custos do transporte, inclusive seguro obrigatório com cobertura integral dos veículos, cujo valor deverá considerar a Tabela FIPE. Excepcionalmente, em casos de localidades remotas ou de baixa oferta de prestadores, a contratada poderá apresentar um número inferior a 5 (cinco) propostas, desde que apresente justificativa formal detalhada, ficando a aceitação desse quantitativo condicionada à análise técnica e aprovação expressa da Fiscalização do Contrato, que avaliará a razoabilidade da justificativa e a compatibilidade dos preços com os valores de mercado para garantir a vantajosidade da contratação, a rastreabilidade e a transparência.

5.7.5. A quantidade de possíveis acionamentos está prevista na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

5.7.6. Nos casos em que houver mais de uma origem ou destino, deverão ser apresentados orçamentos individualizados por localidade.

5.7.7. As propostas deverão observar os prazos de coleta e entrega definidos pela Administração. Após a seleção da proposta mais vantajosa, será emitida Ordem de Serviço contendo as informações essenciais para a execução, inclusive os dados de contato dos responsáveis pela entrega e pelo recebimento dos veículos.

5.7.8. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para apresentar as propostas exigidas. Após a escolha da proposta mais vantajosa, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a realização da coleta e do transporte, salvo em situações de urgência devidamente justificadas, hipótese em que será priorizada a execução pela empresa que oferecer o menor tempo de entrega.

5.7.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramenta eletrônica para acompanhamento pela CONTRATANTE, com acesso a registros de OS, documentos fiscais e comprovações de entrega, assegurando governança e accountability.

5.7.11. Deverá, também, possibilitar a emissão de notas fiscais segmentadas por centro de custo, conforme a unidade requisitante, permitindo controle detalhado dos gastos, conciliação contábil e rastreabilidade por ativo.

5.7.12. Os pagamentos efetivos serão realizados com base nos valores aprovados para cada acionamento específico. Dessa forma, não há prejuízo à Administração Pública em caso de não utilização total do saldo previsto, preservando-se a economicidade e a legalidade da contratação.

5.7.12.1. Para cada demanda de transporte (cegonha/guincho), a cobrança será realizada com base no quilômetro efetivamente rodado (ida e volta), conforme orçamento específico previamente aprovado, elaborado a partir de pesquisa de mercado, observados os princípios da economicidade e vantajosidade. Não há previsão de tarifa diferenciada automática para km excedente, tampouco de limite máximo de km incluído por OS; o faturamento ocorrerá integralmente pelo percurso efetivamente executado, nos termos da proposta aprovada e da Ordem de Serviço correspondente.

5.7.13. Ressalta-se que o presente item será contratado apenas para a Coordenação-Geral de Administração - CGAD /DLOG/PF, entretanto o serviço poderá ser contratado para iniciar a partir de qualquer unidade da federação e para qualquer cidade no território nacional, e podendo utilizar mais de um centro de custo conforme as necessidades da contratante.

5.7.14. A CONTRATADA assume a responsabilidade integral, exclusiva e indelegável pela execução do objeto, respondendo perante o CONTRATANTE por quaisquer danos ou avarias causados aos veículos sob sua custódia, independentemente da causa ou da etapa do transporte (coleta, percurso ou entrega).

5.7.15. A responsabilidade da CONTRATADA abrange todos os danos, prejuízos ou perdas ocasionados diretamente por seus prepostos ou indiretamente pelos prestadores de serviço (transportadores) integrantes de sua rede credenciada.

5.7.16. A subcontratação parcial de serviços não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade objetiva quanto à qualidade, segurança e integridade do patrimônio do CONTRATANTE. A relação entre a CONTRATADA e seus credenciados é de natureza privada, não estabelecendo qualquer vínculo de subordinação ou responsabilidade do CONTRATANTE perante os referidos terceiros.

5.7.17. A CONTRATADA obriga-se a ressarcir o CONTRATANTE ou a promover a reparação integral dos danos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação formal de avaria, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas cabíveis, caso a falha na prestação do serviço seja caracterizada.

5.8. DO SISTEMA: IMPLANTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, ACESSOS, FUNCIONALIDADES E RELATÓRIOS

5.8.1. Para viabilizar o fornecimento dos produtos e a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, a (s) CONTRATADA(s) deverá(ão) implantar, disponibilizar e operacionalizar, junto à CONTRATANTE, Sistema Integrado de Gerenciamento de Frotas, em ambiente web, com arquitetura segura, escalável e de alta disponibilidade.

5.8.1.1. O sistema deverá permitir o acompanhamento em tempo real das operações relacionadas, no mínimo, à aquisição de peças, execução de serviços de manutenção, movimentação e disponibilidade de veículos, abastecimentos, transporte portaaporta e gestão de TAGs eletrônicas, assegurando à CONTRATANTE controle integral, rastreabilidade, transparência e capacidade de auditoria em todas as etapas.

5.8.1.2. Na hipótese de uma mesma empresa sagrar-se vencedora da licitação para a execução dos serviços de manutenção e de abastecimento da frota, o Sistema de Gerenciamento de Frotas deverá ser único, plenamente integrado e centralizado, vedada a utilização de plataformas distintas para cada serviço, de modo a garantir padronização dos dados, consistência das informações e eficiência na gestão e fiscalização contratual.

5.8.1.3. O sistema fornecido pela CONTRATADA deverá atender integralmente todas as demandas previstas neste Termo de Referência e seus anexos. Deverá, ainda, garantir plena conformidade com os Requisitos Técnicos do Sistema – Web Service/API estabelecidos no **ANEXO I**, assegurando interoperabilidade, alta disponibilidade, integridade dos dados, rastreabilidade das operações e mecanismos avançados de segurança da informação, em consonância com as normas de governança digital e proteção de dados aplicáveis.

5.8.3. A CONTRATADA para o manutenção da frota deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, para cada contrato firmado, no mínimo 2 (dois) acessos simultâneos a sistemas técnicos especializados de orçamentação automotiva: Audatex, Cilia ou Orion. Os sistemas deverão contemplar, obrigatoriamente, todas as marcas e modelos da frota da CONTRATANTE, bem como as peças utilizadas nos serviços de manutenção preventiva e corretiva. Deverão permitir ao fiscal do contrato a realização de consultas online para verificação da conformidade dos valores praticados com as tabelas de preços dos fabricantes, além de possibilitar a análise dos tempos padrão de mão de obra, conforme parâmetros técnicos reconhecidos pelo setor.

5.8.4. O sistema fornecido pela CONTRATADA deverá consolidar, de forma estruturada e integrada, todas as informações relacionadas à execução do objeto contratado, mantendo o histórico completo das operações e registros, sem limitação de prazo, base de dados ou escopo. O sistema deverá assegurar a rastreabilidade, o controle e a organização das informações referentes a veículos, máquinas e embarcações; responsáveis e condutores; manutenções realizadas (lataria, pintura, mecânica, suspensão, pneus, rodas, reparos de blindagem, entre outros); fornecimentos (combustíveis, óleos, filtros, peças em geral); serviços executados; estabelecimentos prestadores (postos de combustíveis, concessionárias, oficinas, etc.); categorias de manutenção (preventiva, corretiva, sinistros, etc.); fornecedores envolvidos; serviços que demandaram retrabalho; produtos ou serviços devolvidos ou recusados; manifestações e reclamações de usuários; bem como outras informações que se tornem necessárias durante a vigência contratual.

5.8.5. O sistema fornecido pela CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos, em conformidade com a Lei 14.133/2021 e as boas práticas do TCU:

I – Gestão e Controle

a) Gerenciar custos, saldos e limites por veículo, máquina ou equipamento, com parametrização pelo fiscal do contrato.

b) Permitir controle orçamentário por centro de custo, unidade, regional, placa ou outro indicador definido pela CONTRATANTE.

c) Disponibilizar informações consolidadas e atualizadas em tempo real sobre valores já gastos com combustíveis e manutenções (preventivas e corretivas), antes da aprovação de novos orçamentos.

II – Orçamentos e Aprovações

a) Possibilitar a elaboração de orçamentos online, com atualização em tempo real.

b) Permitir complementação de orçamentos já aprovados, sem necessidade de nova solicitação, mediante registro de justificativa.

c) Disponibilizar campo para inserção de texto e/ou anexos no momento da aprovação da ordem de serviço.

d) Incluir campo específico para atesto do fiscal, registrando execução e conformidade do serviço.

III – Operações e Segurança

a) Gerenciar chamados, solicitações, aprovações de ordens de serviço e transações de fornecimento de combustíveis.

b) Permitir controle, emissão e recuperação de credenciais de acesso (usuários e veículos/embarcações e máquinas), com trilhas de auditoria.

c) Atualizar automaticamente o banco de dados após cada transação, refletindo valores reais gastos e saldos disponíveis.

IV – Automação e Continuidade

a) Implementar reposição automática de limites e saldos, até 50% do valor parametrizado pelo fiscal, respeitando os limites contratuais, garantindo a continuidade operacional 24h/dia.

V – Rastreabilidade e Auditoria

a) Garantir trilhas de auditoria eletrônicas, registrando autoria, data e hora de cada operação.

b) Assegurar integridade, imutabilidade e histórico completo das informações, sem restrição de prazo ou escopo.

5.8.6. Relatórios Gerenciais e Extração de Dados: O sistema deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais customizáveis, capazes de atender às necessidades da CONTRATANTE, possibilitando a definição de períodos preestabelecidos pelos fiscais, a realização de comparativos de desempenho e outras análises de gestão, bem como a apresentação de dados por meio de ferramenta de Business Intelligence (BI) integrada. Todos os relatórios e informações deverão estar disponíveis para extração, sem restrições, garantindo acesso completo aos dados desde a data da contratação, com exportação em formatos abertos e interoperáveis, assegurando a rastreabilidade, a integridade e a imutabilidade das informações, em conformidade com os princípios de transparência, governança e publicidade previstos na Lei 14.133/2021.

5.8.7. Relatórios Mensais de Desempenho Operacional para aferição do IMR (Índice de Medição de Resultados): O sistema da CONTRATADA deverá possibilitar a extração mensal de relatório gerencial, em formato eletrônico e exportável, contendo informações consolidadas e indicadores que permitam avaliar a eficácia da operação, abrangendo, no mínimo:

a) **Indicadores de agendamento e solicitação**, incluindo data e hora do recebimento da solicitação de manutenção e da resposta com indicação do estabelecimento;

b) **Indicadores de execução das ordens de serviço**, contemplando data e hora de chegada do veículo ao estabelecimento credenciado, saída, finalização dos serviços, envio do orçamento para aprovação, aprovação ou reprovação, bem como comparação entre a previsão inicial e a conclusão efetiva da manutenção;

c) **Informações consolidadas sobre os estabelecimentos credenciados**, incluindo valores iniciais e finais transacionados, percentual de redução de orçamento por reprovação de itens ou renegociação, quantidade total de transações por estabelecimento e sua representatividade percentual no total;

d) **Composição detalhada dos custos**, discriminando valores gastos com peças e serviços, segmentados por tipo, quantidade aprovada, valor médio pago, valor total e percentual de redução de orçamento, além de ranking analítico por grupo de peças e mão de obra (ex.: motor, suspensão, funilaria), com respectivos valores e percentuais de redução.

5.8.7.1. Os relatórios deverão ser apresentados em formato eletrônico, com possibilidade de exportação em formatos abertos e interoperáveis, assegurando a rastreabilidade, integridade e imutabilidade das informações, em conformidade com os princípios da transparência, publicidade e governança previstos na Lei 14.133/2021.

5.8.8. O pagamento referente ao último mês de prestação dos serviços ficará condicionado à disponibilização integral, definitiva e em formato eletrônico de todas as informações e dados gerados durante a execução contratual, garantindo sua integridade e rastreabilidade.

5.8.9. **Cadastro e gestão de usuários:** A CONTRATADA deverá assegurar, por meio de seu portal web ou aplicativo, funcionalidades que permitam ao próprio usuário realizar, de forma segura e autônoma, a obtenção, recuperação ou alteração de senha de acesso, bem como garantir o cadastramento dos usuários habilitados no prazo definido no **ANEXO G** deste Termo de Referência, após fornecimento das informações necessárias pela Contratante.

5.8.10. **Uso das Informações:** Todas as informações obtidas, processadas ou manuseadas no âmbito do contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada à CONTRATADA a utilização, cessão, doação, comercialização ou compartilhamento com terceiros, sob qualquer forma, assegurando-se que tais dados pertencem única e exclusivamente à Polícia Federal.

5.8.11. **Auditoria:** O controle das transações deverá ser auditado pela CONTRATADA desde a assinatura do contrato, adotando as diligências e correções necessárias para garantir a conformidade do sistema, sem prejuízo das auditorias que poderão ser realizadas pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle da Administração Pública, a qualquer tempo.

5.8.12. **Implantação do Sistema:** A implantação do sistema Sistema Integrado de Gerenciamento de Frotas da Polícia Federal, com apresentação de rede credenciada capaz de atender integralmente às necessidades da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo definido no **ANEXO G** deste Termo de Referência.

5.8.13. **Responsabilidade Financeira:** Todo o investimento necessário à implantação e pleno funcionamento do sistema será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, incluindo equipamentos, softwares, credenciamento da rede, manutenção, treinamento e manuais, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE, não sendo admitida alegação de incompatibilidade com os sistemas da CONTRATANTE.

5.9. DOS TREINAMENTOS PARA OPERAÇÃO DO SISTEMA

5.9.1. A CONTRATADA deverá ministrar treinamento inaugural, sem custo adicional, aos gestores e fiscais indicados pela CONTRATANTE, diretamente envolvidos na utilização do sistema, garantindo capacitação adequada para operação e fiscalização.

5.9.2. A CONTRATADA deverá oferecer treinamento de reciclagem a cada período contratual, em moldes equivalentes ao treinamento inicial, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE. Alterações relevantes nas funcionalidades do sistema que impactem a operação deverão ser acompanhadas de nivelamento técnico, presencial ou por meio eletrônico, garantindo a atualização dos usuários.

5.9.3. **Treinamento da Rede Credenciada:** A CONTRATADA deverá garantir, sem qualquer custo para a CONTRATANTE ou para os estabelecimentos credenciados, a capacitação inicial e contínua da rede credenciada para plena operação do sistema, assegurando suporte técnico durante toda a vigência contratual, inclusive em caso de atualização ou alteração de funcionalidades. Deverá, ainda, realizar treinamentos regulares, solucionar eventuais

dificuldades que possam comprometer o atendimento à CONTRATANTE e aplicar pesquisa de satisfação semestral junto à rede credenciada, apresentando os resultados à CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

5.9.4. A administração e o gerenciamento do fornecimento de combustíveis serão realizados no formato de **AUTOGESTÃO**, enquanto a manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e materiais, bem como o transporte porta a porta, ocorrerão sob o regime de **GESTÃO COMPARTILHADA**, garantindo maior integração, controle e eficiência na execução dos serviços.

5.9.5. Os descontos ofertados para o serviço de fornecimento de combustíveis, os serviços de manutenção com fornecimento de mão-de-obra e materiais e para o transporte porta a porta serão utilizados como critério para definição da proposta vencedora e para aferição do percentual aplicável às despesas durante a execução contratual.

5.9.6. Para a contratação do Sistema de Gerenciamento de Frotas da Polícia Federal, os serviços de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e serviços, transporte de veículos porta a porta foram separados em grupos distintos, a depender do serviço contratado: i) Abastecimento (com fornecimento de TAGs de identificação); ii) Manutenção preventiva e corretiva; e iii) Transporte porta-a-porta.

5.9.6.1. O critério de julgamento será o **maior percentual de desconto** sobre a taxa administrativa, garantindo padronização, celeridade e redução de conflitos de responsabilidade entre prestadores, além de assegurar menor tempo de imobilização da frota e maior disponibilidade operacional da Polícia Federal.

5.9.7. A(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) buscar sempre as melhores condições e preços, e a Administração implementará mecanismos eficazes para monitorar e aferir os resultados, conforme orientações do TCU, garantindo efetiva economicidade.

5.9.8. Será exigido um índice mínimo de desempenho de 95% para as operações mensais, considerando prazos para elaboração de orçamentos, aprovação e execução, obtenção dos descontos contratados e demonstração de economia real. Caso esse índice não seja atingido em mais de 5% das demandas, a CONTRATANTE poderá suspender o pagamento da taxa administrativa referente à frota ativa ou efetuar o pagamento com redução proporcional ao maior percentual de desconto contratado.

5.9.9. A licitante deverá possuir CNAE e/ou objeto social compatível com as atividades de gestão de frota, fornecimento de combustíveis e manutenção veicular.

5.9.10. A licitante deverá comprovar capacidade financeira para suportar custos de combustíveis, manutenções, gestão de TAGs e demais despesas inerentes à execução contratual.

5.9.11. A licitante deverá dispor de estrutura operacional com abrangência nacional, garantindo atendimento em todas as regiões.

5.9.12. **Definições Técnicas dos Serviços:** Para fins de especificação das atividades previstas neste Termo de Referência e seus anexos, adotam-se as seguintes definições:

Polícia Federal (PF): órgão integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Abastecimento: fornecimento de qualquer tipo de combustível ou aditivo indicado pela Contratante, necessário ao perfeito funcionamento do veículo.

Manutenção: conjunto de serviços e fornecimento de peças, materiais e acessórios necessários ao reparo de veículos, embarcações e máquinas movidas a combustível da Contratante, abrangendo ações preventivas e corretivas, bem como reparos decorrentes de danos, acidentes, incidentes ou sinistros.

Equipamentos e Acessórios: dispositivos acoplados aos veículos, tais como rack/bagageiro, engate, capota de fibra, tampão de fibra, capota marítima, santo antônio, protetor de caçamba, guincho elétrico, kit gás, rastreador GPS, sistema de som, sinalização policial, estrobos, blindagem, entre outros. Esses itens são considerados parte integrante do veículo e, portanto, incluídos no escopo da contratação.

Manutenção Preventiva: ações sistemáticas de controle e monitoramento destinadas a reduzir ou evitar falhas no desempenho do veículo, mantendo-o em bom estado de conservação, incluindo lavagem e polimento quando necessários, conforme especificações do fabricante.

Manutenção Corretiva: substituição de peças ou componentes desgastados ou com falha que ocasionem a paralisação do veículo, máquina ou equipamento.

Manutenção em garantia de fábrica: serviços realizados exclusivamente em concessionárias autorizadas, conforme os termos da garantia do fabricante, com base nos pacotes de revisão e valores praticados na data da execução.

Sinistro: qualquer evento que cause dano ao veículo, decorrente de acidente, incidente ou fato que gere prejuízo material.

Reparação por danos ou incidentes: serviços decorrentes de acidentes de trânsito ou outros eventos que causem danos ao veículo, máquina ou equipamento.

Credenciado/Rede Credenciada: fornecedor de bens e/ou serviços vinculado à Contratada.

Preposto: profissional designado pela Contratada para execução das atividades demandadas pela Contratante, em horários e locais por ela indicados.

Contratada: pessoa jurídica de direito privado responsável pela execução dos serviços objeto da contratação.

Veículo, Embarcações e Máquinas: bens da Contratante que realizarem, no mínimo, uma transação durante o período de faturamento da nota fiscal de gerenciamento.

Transação: registro de operações de compra, tentadas ou efetivadas, estornos ou consultas relacionadas aos produtos ou serviços objeto deste Termo de Referência.

Fiscal do Contrato: representante da Administração responsável pela gestão e fiscalização do contrato.

Cartão de Identificação do Veículo: cartão com tecnologia de chip, tarja magnética ou RFID, capaz de armazenar dados do veículo.

Cartão Adicional: cartão emitido em substituição a cartões extraviados ou danificados.

Fornecimento e Gestão de TAGs: Disponibilização, ativação e administração de dispositivos eletrônicos de identificação veicular (TAGs) para identificação automática em pedágios, incluindo o monitoramento de uso, reposição em caso de falha ou extravio e integração com o sistema de gestão de frota da CONTRATANTE.

Glosa: retenção de pagamento decorrente de ações incompatíveis ou irregulares, identificadas pela fiscalização ou auditoria.

Glosa Provisória: retenção temporária do pagamento até apresentação de justificativas pela Contratada ou decisão definitiva da Administração.

Glosa Definitiva: retenção definitiva do pagamento em razão do descumprimento das exigências previstas no edital, Termo de Referência ou contrato.

Prestação de serviços de mão de obra: execução de serviços por profissionais qualificados, em instalações adequadas, garantindo eficiência, qualidade e cobertura técnica conforme os padrões exigidos pela CONTRATANTE.

Especificação da garantia do serviço

5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

DO PREPOSTO E DO POSTO AVANÇADO

6.6. A CONTRATADA designará formalmente o(s) preposto(s) da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6.1. **Representante Regional:** A CONTRATADA deverá manter, em cada região do País, um representante responsável por prestar esclarecimentos, solucionar demandas e atender reclamações durante a execução do contrato, garantindo meios de contato permanentes e eficazes, inclusive fora do horário comercial, por telefone, e-mail ou outro canal que assegure comunicação ininterrupta com a CONTRATANTE, inclusive em finais de semana e feriados.

6.6.2. **Posto de Atendimento Presencial (somente em Brasília/DF):** Para assegurar a eficiência na execução contratual, a CONTRATADA do serviço de manutenção da frota deverá manter, às suas expensas, um posto de atendimento presencial nas dependências da Divisão de Gestão de Frota da Polícia Federal (DIFRO/CGAD/DLOG /PF), em Brasília/DF, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, dotado de profissional qualificado, telefone celular, notebook e demais recursos necessários para: (i) cadastrar novos veículos e usuários; (ii) alterar registros; (iii) regularizar transações de manutenção e abastecimento; (iv) gerar relatórios específicos, a pedido do CONTRATANTE; e (v) executar outras atividades relacionadas ao contrato.

6.7. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTOR DO CONTRATO

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

MEDIÇÃO: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) E PAGAMENTO.

7.1. A avaliação da execução do objeto e a aferição para fins de pagamento serão realizadas mediante o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme metodologia, indicadores de desempenho (SLAs) e metas de qualidade e economicidade estabelecidas detalhadamente no **ANEXO H**.

7.1.1 A sistemática de remuneração será orientada pelo cumprimento das metas de resultado definidas no IMR, vedada a adoção de remuneração estritamente baseada em preços unitários ou execução de quantidades, sem prejuízo da aplicação de outros mecanismos de avaliação concomitantes.

7.2. **Implementação e Aprovação do IMR:** A CONTRATADA deverá submeter a ferramenta para cumprimento do IMR à aprovação do Fiscal ou Gestor do Contrato no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato.

a) **Ferramenta de Gestão:** O modelo proposto de aferição do IMR deverá ser integrado ao sistema de gerenciamento de frota da CONTRATADA, garantindo a rastreabilidade e a segurança dos dados.

b) **Business Intelligence (BI):** A Contratada deverá disponibilizar obrigatoriamente um recurso de *Business Intelligence (BI)*, **vinculado à apuração do IMR**, para permitir a análise gerencial, o monitoramento estratégico e a auditoria dos dados de desempenho pela CONTRATANTE.

7.3. **Condições de Pagamento e Glosas por Irregularidade:** O pagamento dos serviços será condicionado à avaliação da qualidade da execução e ao cumprimento dos níveis de desempenho estabelecidos no IMR. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada e sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

a) Não alcançou os resultados acordados e as metas mínimas de desempenho;

b) Deixou de executar, ou executou com qualidade ou prazo inferior ao mínimo exigido, as atividades contratadas; ou

c) Deixou de utilizar materiais e recursos exigidos, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada, causando prejuízo à Administração.

7.4. **Penalização por Baixo Desempenho (Taxa de Sucesso):** Será verificada, mensalmente, a taxa mínima de sucesso de 95% nas operações de fornecimento e manutenção. Consideram-se critérios primários para esta taxa: o cumprimento dos prazos estabelecidos (orçamentação, aprovação e execução), a obtenção dos descontos contratados e a demonstração de efetiva economia.

7.4.1. **Sanções por Não Atingimento da Meta (95%):** Caso a taxa mínima de sucesso de 95% não seja atingida no período de medição, a CONTRATANTE aplicará as seguintes penalidades sobre o valor total do fornecimento do mês:

I - Serviços (Abastecimento e Manutenção): Será suspensa a remuneração da taxa administrativa referente ao serviço deficitário (se houver essa cobrança) e será aplicado um abatimento adicional (glosa) correspondente ao maior percentual de desconto contratado (serviços ou peças) sobre o valor total da Nota Fiscal, após a aplicação dos descontos e eventuais glosas ordinárias do período.

7.5. Relatório Mensal e Validação: A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, juntamente com a documentação necessária ao pagamento, o relatório de cumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR). Ao final de cada período, o Fiscal do Contrato realizará a apuração formal dos resultados e a análise do desempenho, podendo resultar em redimensionamento dos valores a serem pagos mediante aplicação de glosas, devendo o resultado ser registrado em relatório de fiscalização.

RECEBIMENTO

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período do recebimento provisório dos serviços.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 1 (um) dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.34. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME 77, de 2022.

7.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.39.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.40. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTES

7.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/10/2025.

7.42. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.43. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.44. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.45. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.46. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.47. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.48. O reajuste será realizado por apostilamento.

CESSÃO DE CRÉDITO

7.49. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.50. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.51. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.52. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.53. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.55. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. **Multa:**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e /ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO** adotado na tabela do item 1.1.

REGIME DE EXECUÇÃO

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4. Valores unitários: tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME 77, de 18 de março de 2020.

9.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses**

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.32. **Conhecimento das Condições Locais:** A licitante deverá declarar formalmente que tomou conhecimento de todas as informações relevantes, peculiaridades e das condições locais para o fiel e completo cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração de pleno conhecimento poderá ser apresentada por meio de **declaração própria** da empresa ou ser substituída por declaração formal **assinada pelo Responsável Técnico** da licitante, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da futura execução contratual.

9.33. **CrITÉrios de habilitação técnica:** Os critérios mínimos de qualificação técnica e de capacidade operacional a serem exigidos da licitante são os seguintes:

9.33.1. **Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional:** A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica ou documento(s) equivalente(s), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência anterior na execução de objeto pertinente e compatível com o escopo desta contratação, observando-se:

I - Quanto a manutenção da frota: Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades de gerenciamento compartilhado de manutenção (preventiva e corretiva) de frota, por meio de rede credenciada nacional e sistema informatizado de gestão, abrangendo, no mínimo, o quantitativo de 2.500 (duas mil e quinhentas) veículos, o que corresponde a aproximadamente 30% da frota atual da Polícia Federal (8.361 veículos).

II - Quanto ao fornecimento de combustíveis: Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades de gerenciamento do fornecimento de combustíveis, por meio de rede credenciada nacional e sistema informatizado de gestão, abrangendo, no mínimo, o quantitativo de 2.500 (duas mil e quinhentas) veículos, equivalente a aproximadamente 30% da frota atual da Polícia Federal.

III - Quanto ao fornecimento de serviço de transporte rodoviário de veículos: Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades de gerenciamento do serviço de transporte rodoviário de veículos, por meio de rede credenciada nacional e sistema informatizado de gestão, abrangendo, no mínimo, o quantitativo de 10 (dez) veículos no ano e de 5 (cinco) veículos em uma ordem de serviço.

9.33.2. **Período de Execução Mínima:** Somente serão aceitos atestados emitidos após a conclusão do contrato ou que comprovem, no mínimo, 01 (um) ano de execução contínua e satisfatória dos serviços, devidamente registrado e certificado pelo contratante anterior.

9.34. A licitante deverá disponibilizar todas as informações e documentações necessárias para comprovar a autenticidade, a legitimidade e a regularidade dos atestados apresentados, incluindo, no mínimo:

- a) Cópia do contrato ou instrumento congênere que deu origem à prestação dos serviços;
- b) Razão social, endereço completo e contato (telefone e *e-mail*) do contratante anterior para fins de diligência;
- c) Indicação precisa do local e do período onde os serviços foram efetivamente executados.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.2. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei 5.764, de 1971;

9.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4. O registro previsto na Lei 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 189.656.564,73 (cento e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos)** de custos ANUAIS destinado ao atendimento de todas as UASGs da Polícia Federal, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima e ANEXO E e J** deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília/DF, Na data da assinatura.

Identificação e assinatura dos servidores responsáveis

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILLIAM ENIO GUEDES FABRICIO

Integrante Requisitante Titular



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 16:14:45.

ROGERIO SANTOS MARINHO

Integrante Requisitante Substituto



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 17:28:04.